

## **Análise de Dados sobre Docentes e Técnicos Administrativos em Educação dos Institutos Federais**

### **Analysis of Data on Teachers and Administrative Technicians in Education of Federal Institutes**

Fernando de Cristo<sup>1\*</sup>, Silvia Regina Canan<sup>2</sup>

---

#### **RESUMO**

Este artigo apresenta e analisa dados disponíveis na Plataforma Nilo Peçanha, sobre o quadro de servidores dos Institutos Federais. As informações obtidas são agrupadas por regiões brasileiras sendo traçado um comparativo entre estas, analisando variáveis como qualificação, regime de trabalho, vínculo com a administração pública e quantitativo de servidores. Entre as variáveis analisadas as diferenças mais significativas encontradas foram em relação ao quantitativos de servidores por região e a qualificação.

**Palavras-chave:** Institutos Federais; Plataforma Nilo Peçanha; Docentes; Técnicos Administrativos em Educação;

---

#### **ABSTRACT**

This article presents and analyzes data available on the Nilo Peçanha Platform, on the staff of the Federal Institutes. The information obtained is grouped by Brazilian regions and a comparison is drawn between them, analyzing variables such as qualification, work regime, link with the public administration and number of servers. Among the variables analyzed, the most significant differences found were in relation to the number of servers per region and qualification.

**Keywords:** Federal Institutes; Nilo Peçanha Platform; teachers; Administrative Technicians in Education;

---

---

<sup>1</sup> Instituto Federal Farroupilha

\*E-mail: fernando.cristo@iffarroupilha.edu.br

<sup>2</sup> Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

## **INTRODUÇÃO**

Neste estudo são analisados dados referentes a qualificação, regime de trabalho, vínculo com a administração pública e quantitativo de servidores dos Institutos Federais (IFs). Os IFs são instituições de ensino públicas brasileiras que atuam tanto na educação básica como no ensino superior e que foram estabelecidas pela Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008 (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2018). É importante ressaltar que este artigo faz parte de um conjunto de artigos destes mesmos autores que busca de analisar vários aspectos relativos a estas instituições de forma mais ampla, no intuito de estabelecer um comparativo entre as regiões brasileiras verificando possíveis disparidades no desenvolvimento desta política pública.

## **METODOLOGIA**

Para este estudo foram coletados dados da Plataforma Nilo Peçanha (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2020) a respeito dos servidores dos Institutos Federais no período de setembro de 2021 a janeiro de 2022. Estes dados são de acesso público e relativos aos anos de 2017, 2018, 2019 e 2020. A Plataforma Nilo Peçanha adota a nomenclatura PNP2018, PNP2019, PNP2020 e PNP2021, para cada um dos conjuntos de dados agrupados por ano, respectivamente, de 2017, 2018, 2019 e 2020. Para atender aos objetivos estabelecidos para este estudo os dados foram agrupados por regiões brasileiras de forma a permitir a elaboração de um comparativo destas variáveis a respeito desta política pública em educação.

## **DISCUSSÕES E RESULTADOS**

Nesta seção do artigo são analisados dados da Plataforma Nilo Peçanha referentes ao quadro de servidores dos Institutos Federais. A PNP contempla dados a respeito do quantitativo, qualificação, vínculo com a administração pública e regime de trabalho de servidores docentes e técnicos administrativos dos IFs. Cada uma destas variáveis foi analisada separadamente, para cada uma das categorias de servidores, com os dados sendo agrupados conforme a região brasileira.

A Tabela 1 apresenta os dados relativos à qualificação dos docentes dos Institutos Federais agrupados por região. Estes números foram extraídos da Plataforma Nilo Peçanha, que é um portal de dados abertos sobre a Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2020). Ao analisar a Tabela 1 percebe-se que todas as regiões brasileiras superam os 70% (PNP2021) no somatório dos percentuais de docentes com qualificação de mestrado e doutorado, destacando-se as regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul que se aproximam dos 90% (PNP2021) de docentes com *stricto sensu*. Em comum entre as regiões também está o número de docentes com mestrado de aproximadamente 50% em todas as regiões. Além disso, é possível observar uma diminuição progressiva ao longo das quatro series de dados analisadas dos docentes com qualificação de graduação e especialização. Em paralelo a uma certa manutenção do número de docentes com titulação de mestrado e um crescimento progressivo no número de docentes com doutorado.

**Tabela 1** – Qualificação dos Docentes dos Institutos Federais por Região (%)<sup>3</sup>

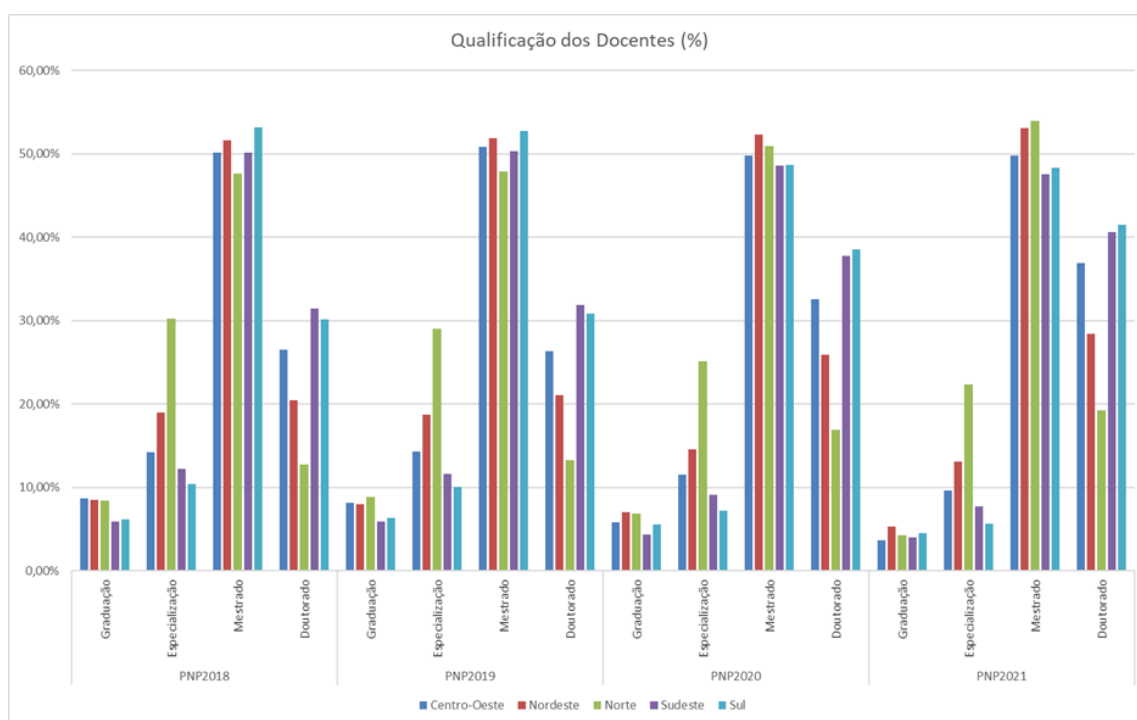
Região	Nível de Qualificação	PNP			
		PNP2018	PNP2019	PNP2020	PNP2021
Centro-Oeste	Graduação	8,69%	8,17%	5,80%	3,63%
	Especialização	14,24%	14,28%	11,48%	9,61%
	Mestrado	50,11%	50,81%	49,84%	49,80%
	Doutorado	26,49%	26,36%	32,58%	36,90%
Nordeste	Graduação	8,46%	7,98%	7,01%	5,25%
	Especialização	19,00%	18,71%	14,55%	13,08%
	Mestrado	51,60%	51,84%	52,35%	53,11%
	Doutorado	20,48%	21,05%	25,94%	28,44%
Norte	Graduação	8,43%	8,84%	6,85%	4,26%
	Especialização	30,22%	29,03%	25,14%	22,39%
	Mestrado	47,68%	47,87%	50,90%	53,95%
	Doutorado	12,77%	13,25%	16,86%	19,23%
Sudeste	Graduação	5,92%	5,93%	4,30%	3,96%
	Especialização	12,20%	11,58%	9,13%	7,68%
	Mestrado	50,11%	50,30%	48,62%	47,58%
	Doutorado	31,45%	31,87%	37,76%	40,66%
Sul	Graduação	6,11%	6,28%	5,57%	4,49%
	Especialização	10,37%	10,05%	7,18%	5,67%
	Mestrado	53,19%	52,76%	48,67%	48,32%
	Doutorado	30,14%	30,80%	38,52%	41,50%

<sup>3</sup> Do número total de docentes do IFs apenas 0,3% não tiveram sua qualificação informada ou possuem qualificação diversa das quatro categorias apresentadas na tabela.

Fonte: Elaborado pelos autores com dados obtidos da PNP.

O Gráfico 1 traz a representação dos dados da Tabela 1, permitindo identificar com mais facilidade e de maneira visual as principais variações entre os percentuais de qualificação docente das regiões. Uma diferença entre as regiões que cabe ressaltar, é o que parece ser uma dificuldade das regiões Nordeste, mas principalmente Norte, em atrair, fixar ou qualificar, docentes em nível de doutorado. Nas quatro séries de dados, embora o número de docentes com doutorado evolua de forma mais ou menos linear em todas as regiões, Centro Oeste, Sudeste e Sul, evoluem de um patamar aproximado de 30% de doutores na PNP2018 para em torno de 40% na PNP 2021. Já as regiões Nordeste com aproximadamente 20% em 2018 e Norte pouco acima dos 10%, se aproximam de 30% e 20 % respectivamente no levantamento feito pela PNP2021.

**Gráfico 1 – Qualificação dos Docentes dos Institutos Federais<sup>4</sup>**



Fonte: Elaborado pelos autores com dados obtidos da PNP.

A qualificação dos docentes é de grande importância quando se pretende desenvolver educação de qualidade. Como pode-se ver pelos números apresentados os docentes dos IFs em geral possui um elevado no nível de escolaridade. No entanto ao comparar estes dados com a realidade de países como a Finlândia, nota-se que ainda se pode melhorar. Segundo Vaillant e García (2012, p.113) na Finlândia a escolaridade

<sup>4</sup> Do número total de docentes do IFs apenas 0,3% não tiveram sua qualificação informada ou possuem qualificação diversa das quatro categorias apresentadas no gráfico, sendo que estes percentuais não fazem parte do gráfico.

mínima para ingresso na carreira docente é a formação em nível de mestrado. Além disso, não basta apenas elevar o nível de escolaridade dos docentes é necessário que estes estejam inseridos em bons programas de formação que conforme Vaillant e García (2012, p.66) são os que “[...] permitem também que os docentes desenvolvam competência nos conteúdos, nas estratégias de ensino, no uso de tecnologias e outros elementos essenciais para um ensino de qualidade.”. Deste modo, tão importante quanto o ingresso ou capacitação dos docentes em níveis de escolaridade mais altos, são os investimentos que devem ser feitos em programas de formação continuada para os docentes.

Os docentes dos Institutos Federais possuem duas formas de vínculo com a administração pública, segundo a Plataforma Nilo Peçanha, os docentes efetivos e os substitutos ou temporários, que se diferenciam dos demais por possuírem um contrato de trabalho de tempo preestabelecido e em geral por um curto período. A Tabela 2 apresenta como estes dois grupos de docentes se distribuem percentualmente nos IFs pelas regiões brasileiras. Em geral, aproximadamente 90% são docentes efetivos em todas as regiões e em todos os levantamentos e cerca de 10% são docentes substitutos ou temporários.

**Tabela 2** – Vínculo com Administração Pública dos Docentes dos Institutos Federais (%)

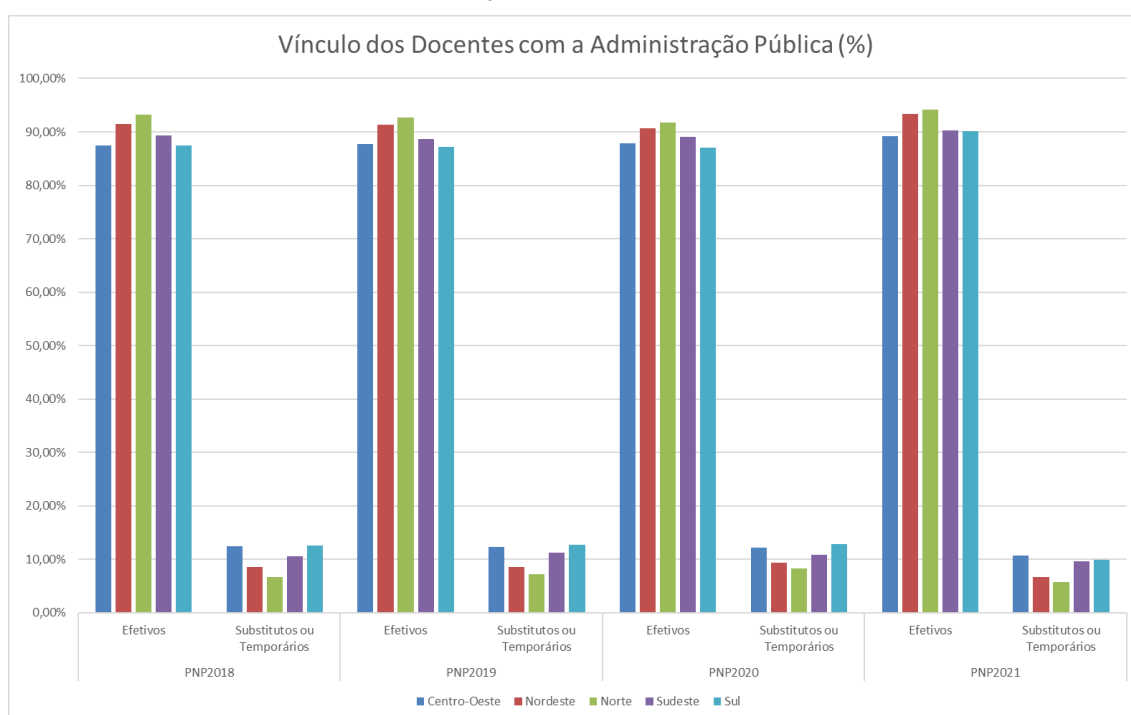
Região	Vínculo com a Administração Pública	PNP			
		PNP2018	PNP2019	PNP2020	PNP2021
Centro-Oeste	Efetivos	87,47%	87,73%	87,81%	89,25%
	Substitutos ou Temporários	12,53%	12,27%	12,19%	10,75%
Nordeste	Efetivos	91,46%	91,37%	90,66%	93,33%
	Substitutos ou Temporários	8,54%	8,63%	9,34%	6,67%
Norte	Efetivos	93,25%	92,72%	91,70%	94,21%
	Substitutos ou Temporários	6,75%	7,28%	8,30%	5,79%
Sudeste	Efetivos	89,35%	88,70%	89,12%	90,30%
	Substitutos ou Temporários	10,65%	11,30%	10,88%	9,70%
Sul	Efetivos	87,45%	87,24%	87,07%	90,12%
	Substitutos ou Temporários	12,55%	12,76%	12,93%	9,88%

Fonte: Elaborado pelos autores com dados obtidos da PNP.

Os dados da Tabela 2 são apresentados no Gráfico 2, de forma a facilitar a identificação visual das variações entre os percentuais de docentes das regiões. Durante os quatro levantamentos efetuados pela PNP as regiões Nordeste e Norte, possuem um percentual de ligeiramente mais elevado de docentes efetivos do que substitutos e temporários. Ter um contingente maior de docentes efetivos significava ter um quadro

docente mais estável, menor número de trocas de docentes, a pesquisa, a extensão e o ensino são beneficiados com a possibilidade de docentes que possam elaborar e desenvolver atividades de longo prazo. Por outro lado, em geral os substitutos ou temporários são contratados para suprir uma carência específica ou para substituir um docente efetivo que esteja afastado, sendo que, um dos possíveis motivos contratação de substitutos são os afastamentos de docentes efetivos para qualificação. Neste sentido, um percentual maior de substitutos ou temporários, pode eventualmente ser positivo se este indicador for refletido num incremento do percentual de professores em processo de qualificação.

**Gráfico 2 – Vínculo com Administração Pública dos Docentes dos Institutos Federais (%)**



Fonte: Elaborado pelos autores com dados obtidos da PNP.

Os percentuais elevados de docentes efetivos permitem aos IFs realizar planejamento de longo prazo, para o ensino, a pesquisa e a extensão, cientes de que poderão contar com estes profissionais por um período maior do que no caso dos substitutos ou temporários, que em geral tem contratos de poucos meses de duração. Segundo Gatti (2015), “Uma das tarefas essenciais do momento na América Latina é a de encontrar a maneira de melhorar as perspectivas de carreira dos docentes e de modificar o imaginário coletivo relacionado a esta profissão.”, neste sentido um vínculo de trabalho que permita ao docente se estabelecer por um prazo mais longo na instituição colaborando no desenvolvimento de um planejamento de longo prazo é positivo tanto para a instituição como para o profissional.

Outro dado importante relacionado aos docentes é o regime de trabalho. A Tabela 3 apresenta os percentuais de docentes distribuídos de acordo com o regime de trabalho nos IFs agrupados pelas regiões brasileiras. Em média aproximadamente 86% dos docentes dos IFs atuam no regime de trabalho de dedicação exclusiva, 11,5% no regime de trabalho de 40h e apenas cerca 2% atuam no regime de 20h. Esta escolha dos docentes por atuarem em sua grande maioria no regime trabalho de dedicação exclusiva, pode estar relacionada a dois fatores importantes, melhoria nas condições de trabalho podendo se dedicar a uma única carreira/atividade profissional e a diferença substancial no valor da remuneração dos professores com dedicação exclusiva em relação aos outros dois regimes de trabalho.

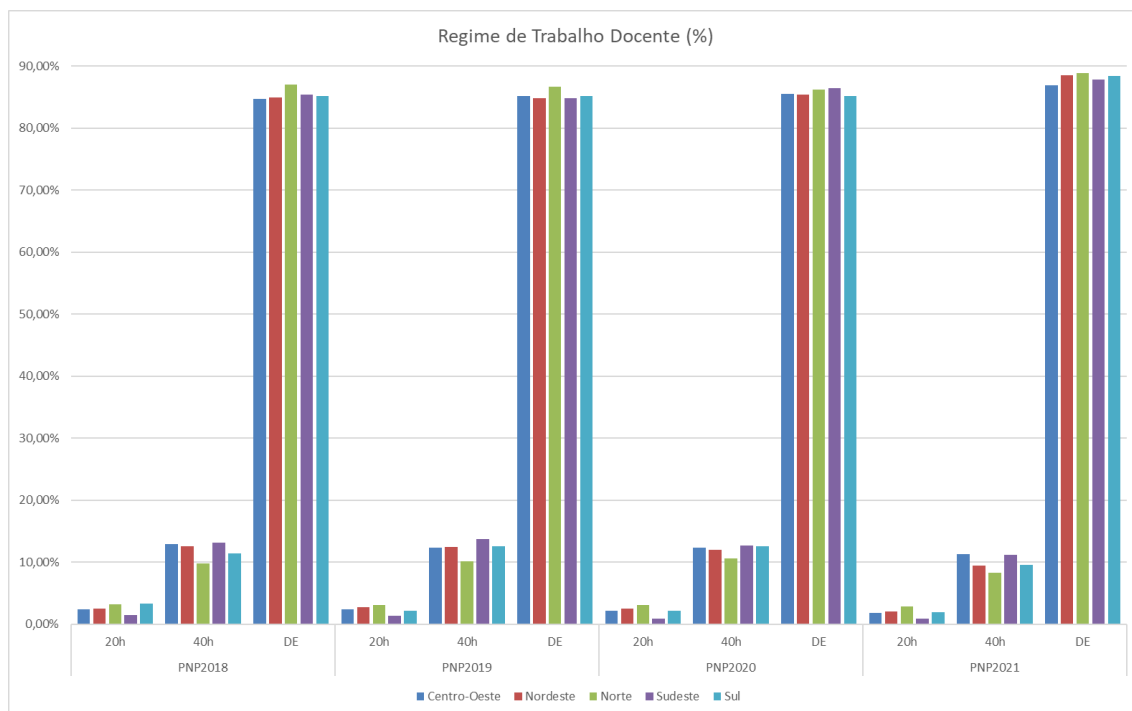
**Tabela 3** – Regime de Trabalho dos Docentes dos Institutos Federais por Região (%)

Região	Regime de Trabalho	PNP			
		PNP2018	PNP2019	PNP2020	PNP2021
Centro-Oeste	20h	2,35%	2,35%	2,18%	1,82%
	40h	12,92%	12,92%	12,34%	11,26%
	DE	84,73%	84,73%	85,48%	86,93%
Nordeste	20h	2,49%	2,49%	2,51%	2,11%
	40h	12,59%	12,59%	12,06%	9,42%
	DE	84,91%	84,91%	85,43%	88,47%
Norte	20h	3,23%	3,23%	3,12%	2,92%
	40h	9,80%	9,80%	10,66%	8,26%
	DE	86,97%	86,97%	86,22%	88,82%
Sudeste	20h	1,47%	1,47%	0,93%	0,92%
	40h	13,15%	13,15%	12,67%	11,20%
	DE	85,38%	85,38%	86,40%	87,88%
Sul	20h	3,37%	3,37%	2,20%	1,99%
	40h	11,43%	11,43%	12,61%	9,63%
	DE	85,19%	85,19%	85,19%	88,39%

Fonte: Elaborado pelos autores com dados obtidos da PNP.

Observando o Gráfico 3 pode-se verificar visualmente de maneira fácil que há um considerável alinhamento nesta variável entre todas as regiões. Cabe ressaltar também que a uma certa correlação entre as variáveis vínculo com a administração pública e regime de trabalho, isto porque os docentes substitutos e temporários são contratados somente nos regimes de trabalho de 20h ou 40h, sendo o regime de dedicação exclusiva reservado apenas aos docentes efetivos.

**Gráfico 3** – Regime de Trabalho dos Docentes dos Institutos Federais (%)



Fonte: Elaborado pelos autores com dados obtidos da PNP.

Com elevados percentuais de docentes efetivos, atuando em regime de trabalho de dedicação exclusiva e com qualificação a nível de *stricto sensu* é de se esperar que os IFs atinjam excelentes resultados em ensino pesquisa e extensão. Além disso, como já apontado em outros estudos é indispensável que haja uma forte integração e equilíbrio entre estes três pilares da educação.

Na Universidade, ensino, pesquisa e extensão efetivamente se articulam, mas a partir da pesquisa, ou seja, só se aprende, só se ensina, pesquisando, construindo conhecimento; só se presta serviços à comunidade, se tais serviços nascerem e se nutrirem da pesquisa. Impõe-se partir de uma equação de acordo com a qual educar (ensinar e aprender) significa conhecer; e conhecer, por sua vez, significa construir o objeto; mas construir o objeto significa pesquisar. Por isso mesmo, também na Universidade, a aprendizagem, a docência, a ensinagem, só serão significativas se forem sustentadas por uma permanente atividade de construção do conhecimento. Ambos, professor e aluno, precisam da pesquisa para bem conduzir um ensino eficaz e para ter um aprendizado significativo. (SEVERINO, 2009, p.261)

Severino (2009) escreve seu texto no momento de um ápice na expansão do ensino universitário brasileiro onde simultaneamente ocorriam a criação dos Institutos Federais com a conseqüente expansão da Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica e o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), dedicado a expansão das Universidades Federais. Atualmente é perceptível a efetiva contribuição que o processo de expansão das Universidades Federais e Institutos Federais trouxeram nas oportunidades de acesso à



educação no território brasileiro. No entanto outras preocupações do autor na ocasião da escrita do texto como a necessidade da forte integração entre o ensino, a pesquisa e a extensão, ainda parece ser processo que se encontra em construção em grande parte das instituições.

Os quantitativos de docentes dos Institutos Federais por região são apresentados na Tabela 4. Os números equivalem a quantidade de docentes dos IFs naquela respectiva região sendo a unidade de quantificação igual a um ou uma docente. É perceptível uma grande diferença no quantitativo de docentes entre as regiões brasileiras. A região nordeste possui o maior número de docentes tendo aproximadamente 3 vezes o número de docentes das regiões Centro-Oeste e Norte, cerca de 2 vezes o número de docentes da região sul e próximo de 40% mais docentes do que a região Sudeste.

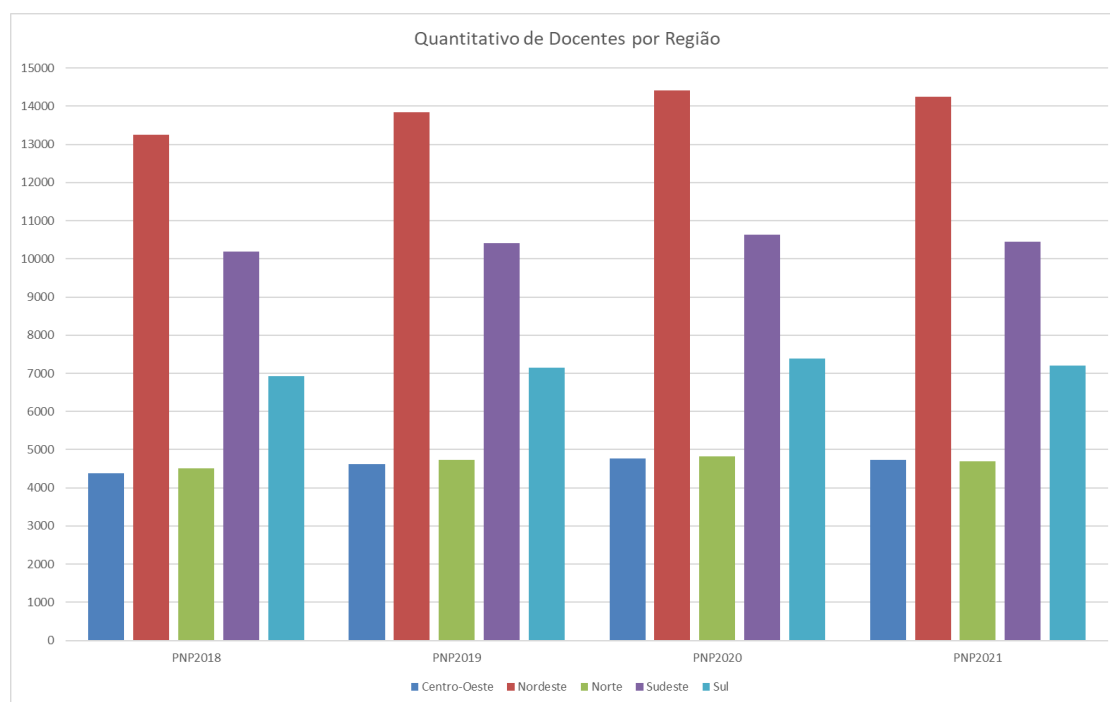
**Tabela 4** – Quantitativo de Docentes dos Institutos Federais por Região

Região	PNP			
	PNP2018	PNP2019	PNP2020	PNP2021
Centro-Oeste	4382	4629	4773	4735
Nordeste	13244	13841	14408	14243
Norte	4520	4740	4833	4695
Sudeste	10186	10406	10641	10454
Sul	6935	7146	7393	7198

Fonte: Elaborado pelos autores com dados obtidos da PNP.

No Gráfico 4 percebe-se que há uma certa constância durante os quatro anos em que foi feito o levantamento em relação ao quantitativo de docentes nas regiões. É provável que esta estagnação no crescimento do número de docentes esteja ligada a políticas adotadas a partir da aprovação da Emenda Constitucional N. 95 de 2016 que estabelece um teto para os gastos públicos por um período de 10 anos. A partir desta nova legislação que impede a elevação das despesas do governo fica inviável considerar um incremento substancial nos docentes sem que tal legislação seja alterada ou revogada.

**Gráfico 4** – Quantitativo de Docentes dos Institutos Federais



Fonte: Elaborado pelos autores com dados obtidos da PNP.

Cabe esclarecer que a criação de novos cargos de docentes depende de aprovação de lei pelo congresso nacional, a exemplo da Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, não cabendo ao poder executivo ou aos IFs esta permissão. Sendo assim as pequenas variações nos números do Gráfico 4 são oriundas de contratações em vagas que permaneciam ociosas, reposição de servidores aposentados, falecidos ou exonerados, ou ainda, variações no número de docentes substitutos ou temporários. De forma que, cabe ressaltar mais uma vez desde a aprovação da Lei nº 12.772 não houve expansão quantitativa real no número de docentes do IFs.

Os Institutos Federais contam também em seu quadro de servidores com os Técnicos Administrativos em Educação (TAEs). A Tabela 5 apresenta os dados relativos a nível de qualificação destes profissionais que atuam no IFs, agrupados por região, em quatro levantamentos efetuados pela PNP. Observa-se facilmente ao longo dos quatro levantamentos uma diminuição dos percentuais de TAEs com nível de escolaridade mais baixos e uma elevação dos percentuais de TAEs com nível de escolaridade mais altos. Esta alteração progressiva nos percentuais pode ser oriunda de dois fenômenos. Primeiramente do desligamento, por aposentadoria, exoneração, óbito ou outros motivos, de profissionais com nível de qualificação mais baixo, em contrapartida a reposição destes quadros pelo ingresso de novos profissionais com nível de escolaridade mais elevado. Em segundo lugar, pelo processo de elevação de escolaridade destes profissionais, por meio de seu empenho na busca pela melhoria de sua qualificação, e consequente

aperfeiçoamento de sua capacidade técnica e remuneração recebida por intermédio da progressão em seus respectivos planos de carreira.

**Tabela 5** – Qualificação dos Técnicos Administrativos em Educação dos IFs por Região (%)

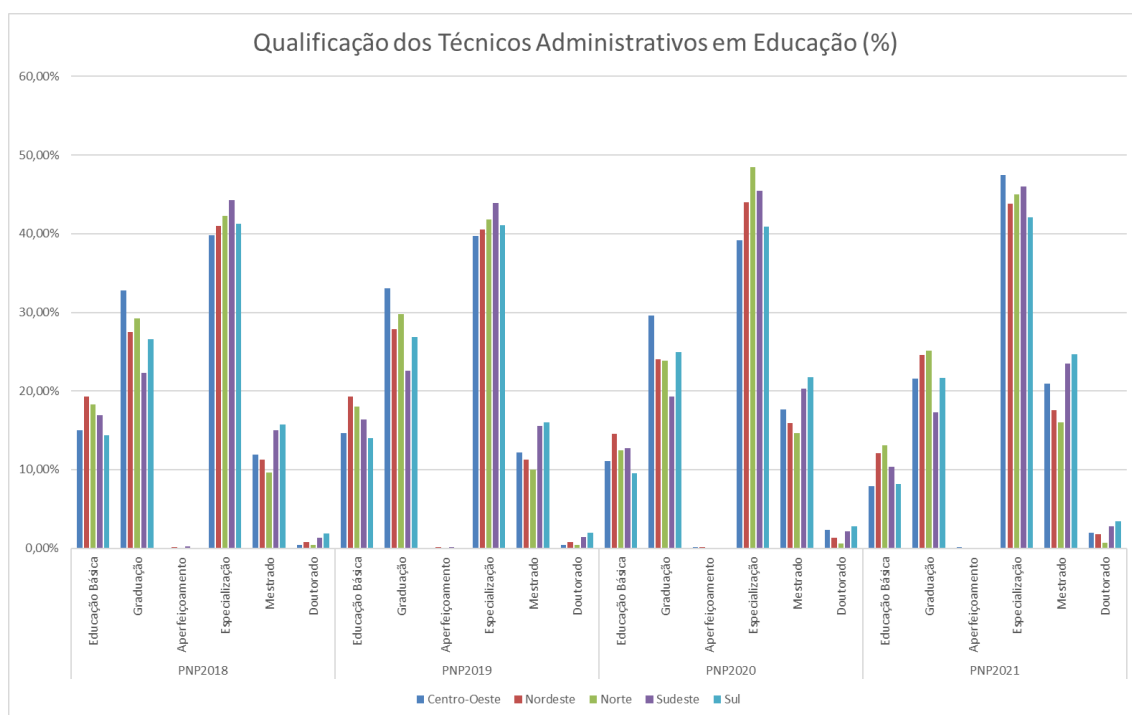
Região	Nível de Qualificação	PNP			
		PNP2018	PNP2019	PNP2020	PNP2021
Centro-Oeste	Educação Básica	15,01%	14,61%	11,08%	7,89%
	Graduação	32,74%	33,02%	29,61%	21,57%
	Aperfeiçoamento	0,03%	0,03%	0,11%	0,11%
	Especialização	39,81%	39,69%	39,21%	47,51%
	Mestrado	11,90%	12,17%	17,65%	20,92%
	Doutorado	0,46%	0,45%	2,34%	2,00%
Nordeste	Educação Básica	19,30%	19,32%	14,52%	12,13%
	Graduação	27,45%	27,89%	24,05%	24,62%
	Aperfeiçoamento	0,14%	0,14%	0,12%	0,07%
	Especialização	41,03%	40,56%	44,04%	43,80%
	Mestrado	11,25%	11,29%	15,92%	17,55%
	Doutorado	0,78%	0,78%	1,35%	1,83%
Norte	Educação Básica	18,31%	18,01%	12,42%	13,08%
	Graduação	29,26%	29,77%	23,82%	25,10%
	Aperfeiçoamento	0,07%	0,05%	0,02%	0,05%
	Especialização	42,28%	41,80%	48,45%	45,03%
	Mestrado	9,66%	9,96%	14,66%	16,05%
	Doutorado	0,39%	0,39%	0,62%	0,70%
Sudeste	Educação Básica	16,89%	16,38%	12,68%	10,33%
	Graduação	22,34%	22,57%	19,31%	17,29%
	Aperfeiçoamento	0,20%	0,18%	0,06%	0,05%
	Especialização	44,24%	43,87%	45,45%	46,04%
	Mestrado	14,97%	15,57%	20,31%	23,48%
	Doutorado	1,34%	1,42%	2,18%	2,81%
Sul	Educação Básica	14,40%	14,04%	9,55%	8,13%
	Graduação	26,61%	26,85%	24,97%	21,64%
	Aperfeiçoamento	0,06%	0,04%	0,00%	0,02%
	Especialização	41,26%	41,03%	40,91%	42,10%
	Mestrado	15,74%	16,02%	21,77%	24,71%
	Doutorado	1,88%	1,98%	2,79%	3,40%

Fonte: Elaborado pelos autores com dados obtidos da PNP.

O Gráfico 5 exibe os dados de qualificação dos técnicos administrativos em educação agrupados por região. Analisando o Gráfico 5 é possível perceber que as regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul possuem percentuais mais elevados de TAEs com qualificação a nível de *stricto sensu*. Enquanto que as regiões Nordeste e Norte têm percentuais mais elevados de TAEs com nível de escolaridade de educação básica ou

graduação. No geral aproximadamente 90% dos TAEs possuem escolaridade de nível superior.

**Gráfico 5** – Qualificação dos Técnicos Administrativos em Educação dos Institutos Federais



Fonte: Elaborado pelos autores com dados obtidos da PNP.

Os Técnicos Administrativos em Educação são vinculados aos seus respectivos Institutos Federais de acordo com classes identificadas pelas letras A, B, C, D e E. As classes A, B e C representam os cargos que exigem como condição para o acesso um nível de escolaridade mais baixo, tipicamente entre o ensino fundamental e o ensino médio. Já as classes D e E exigem um nível de escolaridade mínimo mais alto como o técnico ou superior. A Tabela 6 mostra os percentuais de TAEs por vínculo com a administração pública e por região dos IFs. Os percentuais relativos ao TAEs sem vínculo são servidores que se encontram atuando em um determinado IF mas estão vinculados administrativamente a outro.

**Tabela 6** – Vínculo com a Administração Pública dos Técnicos Administrativos em Educação dos Institutos Federais por Região (%)

Região	Vínculo com a Administração Pública	PNP			
		PNP2018	PNP2019	PNP2020	PNP2021
Centro-Oeste	Sem vínculo	0,00%	0,00%	0,00%	0,82%
	A	1,00%	0,96%	0,91%	0,90%
	B	1,31%	1,22%	1,21%	1,18%
	C	17,08%	16,79%	15,83%	15,46%
	D	46,61%	46,30%	46,95%	46,68%
	E	34,00%	34,72%	35,10%	34,95%

	Sem vínculo	0,00%	0,00%	0,09%	0,42%
Nordeste	A	1,38%	1,32%	1,25%	1,20%
	B	2,09%	2,01%	1,89%	1,80%
	C	17,33%	17,43%	16,97%	16,36%
	D	45,90%	45,58%	46,19%	46,09%
	E	33,30%	33,66%	33,61%	34,13%
	Sem vínculo	0,00%	0,00%	0,07%	0,34%
Norte	A	0,95%	0,89%	0,81%	0,77%
	B	1,34%	1,21%	1,17%	1,18%
	C	16,85%	16,51%	15,93%	15,71%
	D	45,53%	45,66%	45,99%	45,56%
	E	35,33%	35,73%	36,03%	36,44%
	Sem vínculo	0,00%	0,00%	0,06%	0,12%
Sudeste	A	0,95%	0,91%	0,86%	0,84%
	B	2,64%	2,54%	2,37%	2,30%
	C	17,78%	17,80%	17,21%	16,80%
	D	46,26%	45,99%	45,87%	46,16%
	E	32,36%	32,76%	33,64%	33,77%
	Sem vínculo	0,00%	0,00%	0,02%	0,73%
Sul	A	1,15%	1,04%	0,97%	0,96%
	B	1,90%	1,76%	1,58%	1,53%
	C	16,83%	16,32%	15,93%	15,51%
	D	46,38%	46,36%	46,85%	46,37%
	E	33,75%	34,53%	34,65%	34,90%

Fonte: Elaborado pelos autores com dados obtidos da PNP.

Por meio do Gráfico 6 pode-se perceber que não há grandes variações entre as regiões no percentual de TAEs de acordo com o vínculo com a administração pública. As regiões Centro-Oeste, Norte e Sul tem um percentual um pouco mais elevado de TAEs da classe E. Já as regiões Nordeste e Sudeste tem um percentual superior de TAEs das classes C e D. Mas no geral há um certo equilíbrio entre todas as regiões em todas as PNPs. Em relação aos percentuais mais baixos de TAEs das classes A e B, em relação as classes C, D e E, isso em grande medida se deve as reformas efetuadas no estado brasileiro a partir da década de 1990. Estas reformas, inspiradas no neoliberalismo extinguiram a maioria dos cargos das classes A e B, preconizando o atendimento dos serviços desempenhados por estes servidores por meio da contratação de empresas terceirizadas. Junto às reformas e a terceirização veio a precarização dos postos de trabalho, com perdas de direitos e de remuneração para os trabalhadores, em comparação com servidores com vínculo com a administração pública que desempenham função similar. Um dos exemplos mais recentes desta política é a publicação do Decreto nº 10.185 de 20 de dezembro de

2019, que extingue mais de 1400 cargos do Plano de Carreiras dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação – PCCTAE.

Art. 1º Ficam extintos, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, os cargos efetivos regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990:

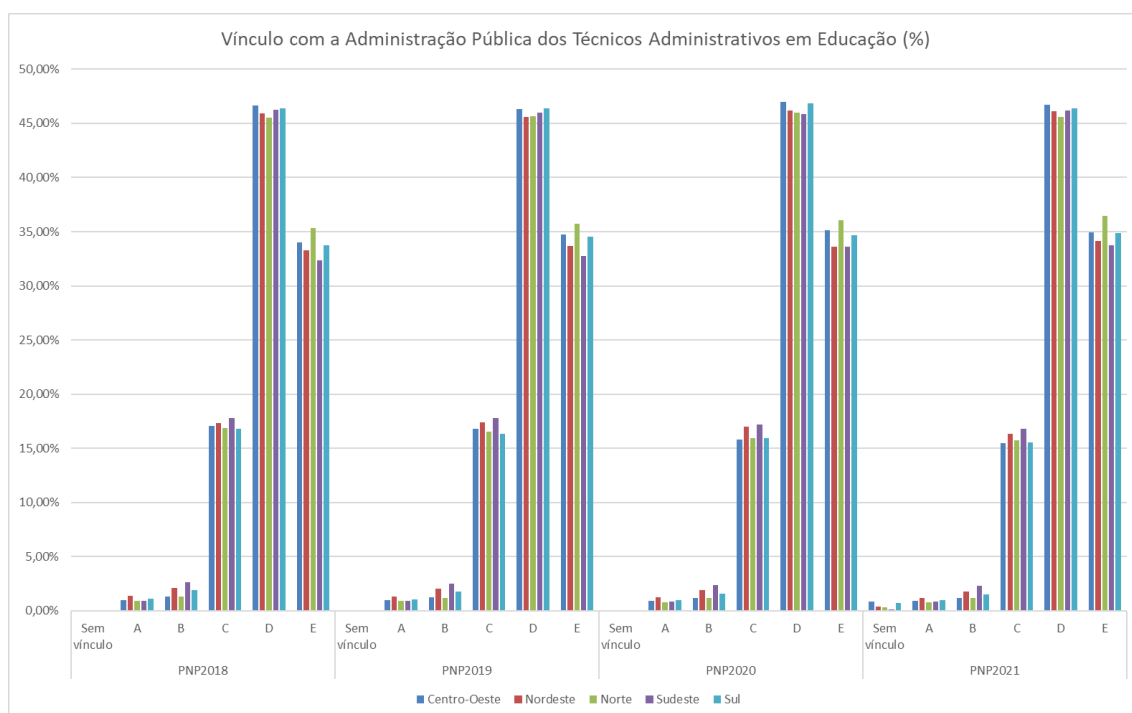
I - vagas e que vierem a vagar constantes do Anexo I; e

II - vagas constantes do Anexo II.

Art. 2º Ficam vedados a abertura de concurso público e o provimento de vagas adicionais em quantitativo superior ao estabelecido em edital de abertura de concurso público para os cargos constantes do Anexo III. (BRASIL, 2019)

Além disso, como consta no artigo 2º também fica vedada a abertura de concurso público para o caso de vaga que vier a se tornar disponível e também o provimento de vagas adicionais em concurso realizado anteriormente.

**Gráfico 6** – Vínculo com a Administração Pública dos Técnicos Administrativos em Educação dos Institutos Federais



Fonte: Elaborado pelos autores com dados obtidos da PNP.

Outra variável disponível na Plataforma Nilo Peçanha sobre os Técnicos Administrativos em Educação é a que diz respeito ao regime de trabalho. Na PNP os TAEs foram distribuídos de acordo com seu regime de trabalho semanal em cinco classificações, quais sejam, 20h, 24h, 25h, 30h e 40h semanais. Em todas as regiões em todos os levantamentos efetuados pela PNP o percentual de TAEs em regime de 40h semanais fica acima de 96% (Tabela 7).

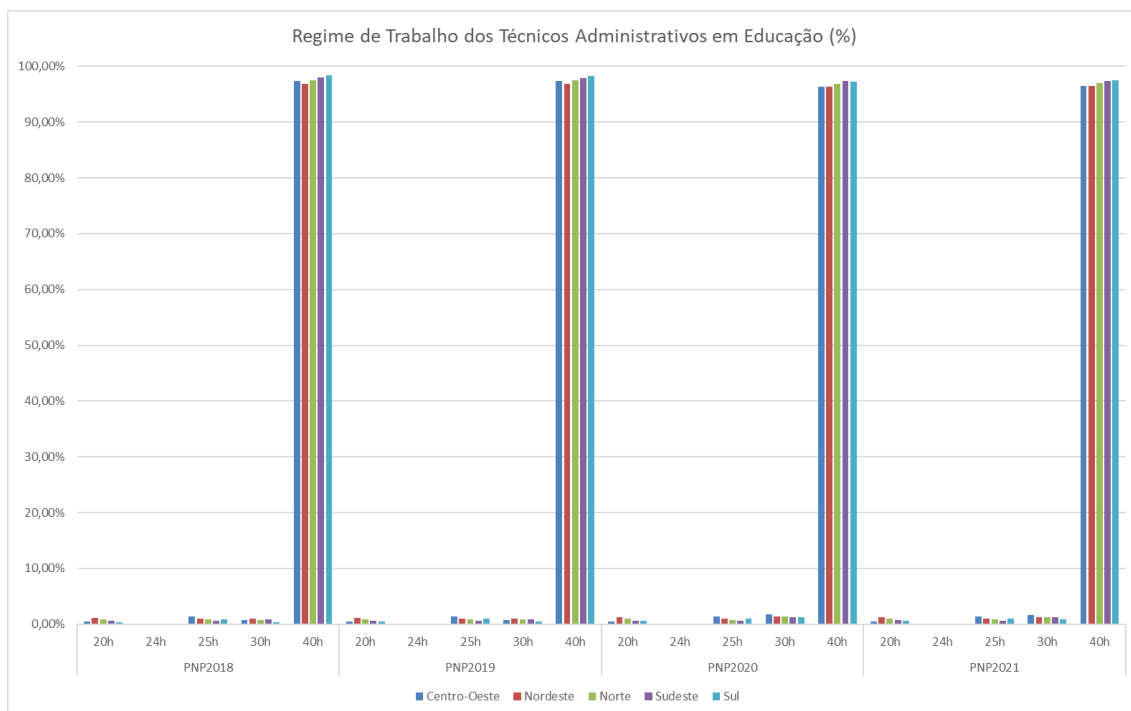
**Tabela 7** – Regime de Trabalho dos Técnicos Administrativos em Educação dos Institutos Federais por Região (%)

Região	Regime de Trabalho	PNP			
		PNP2018	PNP2019	PNP2020	PNP2021
Centro-Oeste	20h	0,54%	0,48%	0,55%	0,52%
	24h	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	25h	1,40%	1,39%	1,35%	1,34%
	30h	0,74%	0,77%	1,76%	1,64%
	40h	97,32%	97,36%	96,33%	96,49%
Nordeste	20h	1,16%	1,15%	1,28%	1,23%
	24h	0,01%	0,01%	0,01%	0,01%
	25h	0,96%	0,97%	0,94%	0,98%
	30h	0,98%	1,00%	1,43%	1,32%
	40h	96,89%	96,87%	96,33%	96,46%
Norte	20h	0,90%	0,92%	0,95%	0,99%
	24h	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	25h	0,83%	0,82%	0,79%	0,82%
	30h	0,80%	0,84%	1,38%	1,21%
	40h	97,46%	97,42%	96,88%	96,98%
Sudeste	20h	0,58%	0,59%	0,66%	0,71%
	24h	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	25h	0,60%	0,63%	0,66%	0,65%
	30h	0,90%	0,91%	1,30%	1,31%
	40h	97,92%	97,87%	97,37%	97,33%
Sul	20h	0,39%	0,43%	0,59%	0,64%
	24h	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	25h	0,88%	0,95%	0,97%	0,98%
	30h	0,39%	0,45%	1,21%	0,89%
	40h	98,33%	98,18%	97,23%	97,49%

Fonte: Elaborado pelos autores com dados obtidos da PNP.

Olhando para o Gráfico 7 fica bem perceptível que não praticamente diferença entre as regiões neste critério de análise. Todas as regiões em todos os levantamentos possuem um percentual inferior a 4% de TAEs em um regime de trabalho diferente das 40h semanais. As razões para isto podem estar relacionadas ao aspecto remuneratório e também a questões específicas da legislação pertinente aos cargos e a carreira dos TAEs.

**Gráfico 7** – Regime de Trabalho dos Técnicos Administrativos em Educação dos IFs



Fonte: Elaborado pelos autores com dados obtidos da PNP.

O quantitativo de Técnicos Administrativos em Educação dos Institutos Federais por Região (Tabela 8) também é uma variável disponível na PNP. Observando os números percebe-se que há uma diferença bastante substancial entre as regiões nesta variável, a qual se mantém de certa forma estável ao longo dos quatro levantamentos.

**Tabela 8** – Quantitativo de Técnicos Administrativos em Educação dos IFs por Região

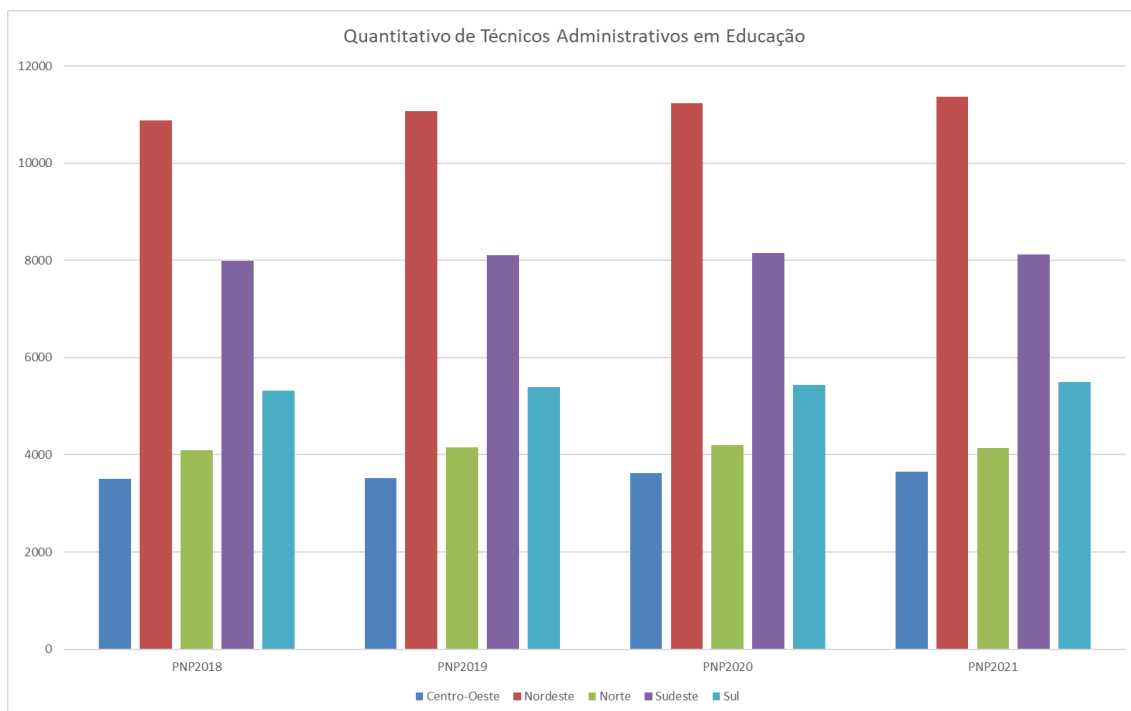
Região	PNP			
	PNP2018	PNP2019	PNP2020	PNP2021
Centro-Oeste	3512	3525	3627	3648
Nordeste	10884	11070	11236	11368
Norte	4101	4148	4194	4144
Sudeste	7991	8114	8152	8119
Sul	5325	5393	5443	5499

Fonte: Elaborado pelos autores com dados obtidos da PNP.

O Gráfico 8 torna ainda mais fácil perceber a grande diferença no quantitativos de Técnicos Administrativos em Educação dos IFs nas regiões brasileiras. A região Nordeste tem aproximadamente 3,1 TAEs para cada TAE da região Centro-Oeste, e respectivamente 2,7, 1,4 e 2,1 TAEs para cada TAE das regiões Norte, Sudeste e Sul. As regiões Nordeste e Sudeste juntas na média dos 4 levantamentos efetuados pela PNP concentram aproximadamente 59% dos TAEs, enquanto que as demais 3 regiões ficam com os 41% restantes.

**Gráfico 8** – Quantitativo de Técnicos Administrativos em Educação dos Institutos Federais





Fonte: Elaborado pelos autores com dados obtidos da PNP.

Da mesma forma, que ocorre quanto aos servidores docentes, no caso dos servidores técnicos administrativos em educação, o quantitativo de servidores atuando nas regiões Nordeste e Sudeste é bem superior as demais regiões. Acredita-se que isto, em parte, pode ser explicado pelo maior número de campi nestas regiões.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste artigo foram apresentados e analisados diversos dados oriundos da Plataforma Nilo Peçanha relativos aos servidores dos Institutos Federais. Os dados referem-se tanto aos servidores docentes como aos servidores técnicos administrativos em educação. Durante as análises observaram-se várias similaridades no tocante a estas variáveis entre as regiões brasileiras. Por outro lado, também foram identificadas algumas diferenças, principalmente em relação a qualificação e ao quantitativo de servidores, tanto docentes como técnicos administrativos em educação, de acordo com a distribuição por regiões.

Em relação a qualificação dos servidores, foi observado que as regiões Sudeste e Sul, possuem um maior percentual de servidores, tanto docentes como TAEs, qualificados a nível de mestrado e doutorado do que nas demais regiões. Este fato pode estar correlacionado a maior disponibilidade de programas de stricto sensu nestas regiões.

Desta forma, facilitando o acesso destes servidores a oportunidades de qualificação e também aumentando as chances de ingresso de servidores já qualificados nestes níveis.

No que diz respeito ao quantitativo de servidores, variável que apresentou considerável variação entre as regiões, cabem duas observações. Primeiramente, as regiões com servidores possuem mais campi e as regiões com menos servidores possuem menos campi. De tal forma, que se dividirmos o número médio de docentes pelo número médio de campi de cada região nos quatro levantamentos da PNP, tem-se um resultado variando de 64,56 a 71,50 docentes por campus em todas as regiões. Olhando os números desta forma, a diferença parece menos significativa que outrora. Da mesma forma, no caso dos TAEs se dividirmos o número médio de TAEs pelo número médio de campi em cada uma das regiões, tem-se um resultado variando entre 51,08 e 57,00 TAEs por campus em todas as regiões. Assim sendo, de certa forma justifica-se o que aparentemente seria um desequilíbrio na distribuição de TAEs entre as regiões. Em segundo lugar, identificou-se que as regiões possuem índices de 1,29, 1,25, 1,13, 1,29 e 1,32 docentes para cada TAE, respectivamente, nas regiões Centro-Oeste, Nordeste, Norte, Sudeste e Sul, o que também acaba reforçando a ideia de equilíbrio na distribuição de servidores quando levado em consideração a proporção entre as duas categorias de servidores. Estes índices foram calculados com base no número médio de servidores de cada categoria no conjunto dos quatro levantamentos efetuados pela PNP.

Por fim, analisado todo o conjunto de dados a diferença entre as regiões em relação ao quadro de servidores a partir dos dados PNP paira sobre a qualificação dos servidores de ambas as categorias. Resta saber se de alguma forma esta diferença acaba por influenciar de algum modo as demais variáveis analisadas no conjunto desta pesquisa como um todo. Esta questão poderá ser melhor esclarecida por meio dos próximos estudos e artigos que serão desenvolvidos na sequência deste e que darão conta de analisar outros aspectos até aqui não pesquisados nos dois artigos já desenvolvidos, como a questão dos custos e da eficiência acadêmica.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto nº10.185, de 20 de dezembro de 2019.** Extingue cargos efetivos vagos e que vierem a vagar dos quadros de pessoal da administração pública federal e veda a abertura de concurso público e o provimento de vagas adicionais para os cargos que especifica. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 20 dez.

2019. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.185-de-20-de-dezembro-de-2019-234755397>>. Acesso em: 20 fev. 2022.

GATTI, B. (Org.) **Por uma revolução no campo da formação de professores**. São Paulo: Unesp/SP, 2015.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Expansão da Rede Federal**. Portal do Ministério da Educação, 2018. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/setec-programas-e-aco-es/expansao-da-rede-federal>>. Acesso em: 30 jun. 2021.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Portal de Dados Abertos do Ministério da Educação**. PNP - Dados Abertos - MEC, 07 out. 2020. Disponível em: <<http://dadosabertos.mec.gov.br/pnp>>. Acesso em: 30 jun. 2021.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Expansão do ensino superior: contextos, desafios, possibilidades**. Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas), v. 14, p. 253-266, 2009.

VAILLANT, D.; GARCÍA, M. **Ensinando a Ensinar: as quatro etapas de uma aprendizagem**. Curitiba: UTFPR, 2012.

*Recebido em: 14/11/2022*

*Aprovado em: 21/12/2022*

*Publicado em: 28/12/2022*